



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

MUNICÍPIO DE SANTIAGO - RS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2016/391

Abertura: dia 08/04/2016  
Horário: 09:00  
Local: Sala de Licitações desta Prefeitura

**"PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTIAGO, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que na Prefeitura Municipal de Santiago/RS, situada na Rua Tito Becon, nº 1754, encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 132, de 09 de setembro de 2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇOS e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no dia e até a hora acima mencionados, no seguinte local: Rua Tito Becon, nº 1754.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA** Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Gestão; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária; Secretaria Municipal da Fazenda; Secretaria Municipal de Obras e Viação; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

**PROJETO/ATIVIDADE:** 2236, 2241, 2225, 2243, 2060, 2343, 2315, 2349, 2923, 2430, 2419, 2416, 2411, 2414, 1903, 2825, 2260, 2360, 2105, 2365, 2213, 0060, 1441;

**ELEMENTO:** 3.3.90.30;

**SUBELEMENTO:** 3.3.90.30.01;

**CÓDIGO REDUZIDO:** 10398, 10008, 9998, 10011, 9949, 10026, 10016, 10029, 10048, 10046, 10050, 10045, 10036, 10040, 10038, 10026, 10014, 10031, 9958, 10033, 9939, 9938, 9945;

**RECURSO:** 4590; 4710, 0001, 2349, 2505, 0040, 4003, ;

**1. DO OBJETO:**

1.1. A presente Licitação tem por objeto o fornecimento dos materiais, conforme quadro abaixo e conforme termo de referência anexo I:

Item	Descrição	Un	Qtd	Val. Ref.
1	ADITIVO PARA LÍQUIDO DE ARREFECIMENTO SOLÚVEL EM ÁGUA. COMPOSIÇÃO: INIBIDORES ANTICORROSIVOS COM BASE EM CARBOXILATOS, (ORGÂNICO) E ANTICONGELANTE A BASE DE ETILENO GLICOL, CONCENTRADO COM DILUIÇÃO NA PROPORÇÃO 40% A 60% EM ÁGUA, PARA USO EM SISTEMAS DE ARREFECIMENTO COM LONGOS PERÍODOS DE TROCA CADA 5 ANOS OU 650.000 KM OU 32.000 HORAS	L	10	R\$ 18,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

	EM MOTORES ESTACIONÁRIOS. NÃO PERMITIDO EM SUA COMPOSIÇÃO: SILICATOS, FOSFATOS, BORATOS, NITRITOS, NITRATOS E AMINAS.. ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES NORMATIVAS ASTM D3306 E D6210, *(REQUER NORMA ASTM D3306 E D6210, ABNT BR 15297 CERTIFICAÇÃO TÉCNICA MERCEDES BENZ CLASSE MB 325.3 CONFORME PARÂMETROS BB00.40-B-0325-03A) REF: URSÁ EXTENDED LIFE COOLANT NITRITE FREE (URSA ELC NF CONCENTRATE) - CHEVRON BRASIL LUBRIFICANTES LTDA			
2	FLUIDO HIDRÁULICO NORMA SAE J 1704, FMVSS-116 DOT 4 E ABNT NBR 9292 TIPO 4, PARA ACIONAMENTO DE ATUADORES DE EMBREAGENS, FREIOS E OUTROS SISTEMAS HIDRÁULICOS DE VEÍCULOS PARA AS QUAIS SE ESPECIFICA. BASE SINTÉTICA COM ALTO PONTO DE EBULIÇÃO PARA USO EM SISTEMAS DE FREIOS A DISCO, A TAMBOR E ABS. *(REQUER CERTIFICAÇÃO TÉCNICA CONFORME MERCEDES BENZ DBL 7760.30 - DOT 4, ATENDENDO AS NORMAS SAE J 1704, FMVSS-116 DOT 4, ISO 4925 CLASSE 4 E ABNT NBR 9292 TIPO 4). REF: DOT 4 - SUPER PREMIUM - IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO - EMBALAGEM COM 500ML	UN	20	R\$ 17,50
3	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE SABAO CALCIO PARA LUBRIFICACAO DE PINOS E ARTICULACOES DE CHASSIS NLGI2 BALDE 20KG	BLD	15	R\$ 245,00
4	GRAXA LUBRIFICANTE COMPLEXO DE LÍTIO DO TIPO MÚLTIPLAS APLICAÇÕES, GRAU NLGI 2, CONTENDO ADITIVOS DE EXTREMA PRESSÃO, ADITIVO SÓLIDO À BASE DE BISSULFETO DE MOLIBDÊNIO E INIBIDORES DE OXIDAÇÃO E CORROSÃO. PARA LUBRIFICAÇÃO DE CHASSIS, CUBOS DE RODA, BOMBAS D'ÁGUA, JUNTAS UNIVERSAIS E DESLIZANTES. ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: ASTM D4950: GC (LUBRIFICAÇÃO DE CUBOS DE RODAS EM SERVIÇO SEVERO) E LB (LUBRIFICAÇÃO DE CHASSIS E JUNTAS UNIVERSAIS EM SERVIÇO MODERADO OU SEVERO), DIN 51502: KP2N20 E ISO 674309: ISO-L-XBDEB2. * (REQUER CERTIFICAÇÃO MERCEDES BENZ DBL 6804.50 ? BASE COMPLEXO DE LÍTIO) REF: IPIFLEX 1116 - IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO SA - BALDE 20KG	BLD	7	R\$ 345,00
5	OLEO 10W40 100% SINTETICO PARA MOTORES DIESEL DE TRABALHO PESADO ALTA PERFORMANCE NA PROTECAO CONTRA O DESGASTE PROPORCIONANDO MAIS ECONOMIA DE MANUTENCAO - BALDE 20 LITROS	BLD	5	R\$ 460,00
6	OLEO 140 BALDE 20 LITROS	BLD	6	R\$ 200,00
7	ÓLEO HIDRÁULICO TIPO ATF, PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS, SISTEMAS DE DIREÇÃO HIDRÁULICA E GARFOS DE MOTOCICLETAS. ATENDE ÀS ESPECIFICAÇÕES GM DEXRON III, ALLISON C-4, FORD MERCON E ZF TE-ML 09 *(REQUER CERTIFICAÇÃO GM DEXRON III, FORD MERCON E ALLISSON C-4) REF: ISAMATIC III - IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO SA?DEXRON III N° CERTIFICADO G-34202, N° CERTIFICADO FORD MERCON M-001102 E N° CERTIFICADO ALLISSONC4-29953800? - BALDE 20 LITROS	BLD	23	R\$ 350,00
8	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO 100% SINTÉTICO VALORA 5W30 SN REFERENCIA: API SN-RC, ILSAC GF-5, GM 6094 M, FORD WSS-M2C946-A, CHRYSLER MS6395	L	40	R\$ 24,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Município de Santiago

Secretaria de Gestão

9	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISSINTÉTICO, VISCOSIDADE GRAU SAE 20W50, PARA USO EM MOTORES QUATRO TEMPOS DE ALTA ROTAÇÃO DE MOTOCICLETAS, QUE EXIJAM LUBRIFICANTES COM CATEGORIA DE SERVIÇO API SL E JASO MA. *(REQUER CERTIFICAÇÃO JASO MA) REF: LUBRAX ESSENCIAL 4T - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. ?Nº CERTIFICADO JASO M055PBR011 MA 20W-50	L	10	R\$ 11,50
10	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES SAE, 15W40 VISCOSIDADE GRAU SAE 15W40, NÍVEL DE DESEMPENHO/ CATEGORIA DE SERVIÇO API CI-4/SL, ACEA E-07 ISSUE 02 (2010), APROPRIADO PARA TODOS OS VEÍCULOS COMERCIAIS PESADOS EQUIPADOS COM MOTOR DIESEL DE ASPIRAÇÃO NATURAL OU TURBO COMPRIMIDOS. ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES DOS PRINCIPAIS CONSTRUTORES DE MOTORES (OEMS), COMPATÍVEL COM REQUISITOS PARA MOTORES DIESEL EURO III E EURO IV EQUIPADOS COM FILTROS DE PARTÍCULAS E SISTEMAS SCR (REDUTOR CATALÍTICO SELETIVO) E EGR (SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE GASES). APLICÁVEL EM MOTORES ABASTECIDOS COM DIESEL DE TEOR DE ENXOFRE DE ATÉ 5.000 MG/KG (0,5% M/M ? S10 OU S50). UTILIZADO NA SUBSTITUIÇÃO AS CATEGORIAS API CD, CE, CF-4, CG-4 (OBSOLETAS) E CH-4. COMPATÍVEL EM FROTAS MISTAS COM MOTORES FLEX, GASOLINA, ALCOOL E GNV COM NÍVEL DE DESEMPENHO API SL. *(REQUER CERTIFICAÇÃO PELO INSTITUTO AMERICANO DO PETRÓLEO (API) ? CATEGORIA DE SERVIÇO CI-4 E CERTIFICAÇÃO OEMS ? MERCEDES BENZ CLASSE 228.3/ MAN M3575-1, CATERPILLAR ECF-2, CUMMINS ENGINEERING STANDARDS CES 20078 E DETROIT DIESEL DDC93K215). REF: LUBRAX TOP TURBO 15W40 API CI-4 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A, ?Nº LICENÇA API 0607?. - BALDE 20 LITROS	BLD	210	R\$ 245,50
11	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES, VISCOSIDADE GRAU SAE 15W40, NÍVEL DE DESEMPENHO/ CATEGORIA DE SERVIÇO API SL/CF, ACEA A3/B3, BASE SEMISSINTÉTICA. PARA APLICAÇÃO EM MOTORES DE QUATRO TEMPOS FLEX, A GASOLINA, A ETANOL E GNV (MULTÍVALVULAS COM INJEÇÃO ELETRÔNICA) E DIESEL DE COMERCIAIS LEVES, AUTOMÓVEIS, SUV E PICK-UP GASOLINA OU DIESEL EM ACORCO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS OEMS: - FIAT 9.55535-G2 PARA VEÍCULOS PRODUZIDOS ATÉ O ANO DE 2008, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS; - MERCEDES BENZ CLASSE 229.1; E -VOLKSWAGEN 505.00. ( MB 229.1) 15W40 API SL/CF - REF: PETRONAS LUBRIFICANTES S.A.	L	479	R\$ 13,50
12	OLEO LUBRIFICANTE PARA TRATORES AGRÍCOLAS 499 DE MÚLTIPLAS APLICAÇÕES, UTILIZADO EM TRATORES QUE ESTÃO EQUIPADOS COM FREIO ÚMIDO E QUE USAM UM ÚNICO ÓLEO NA TRANSMISSÃO, HIDRÁULICO E DIFERENCIAL. ÓLEO MINERAL DE SUPERIOR QUALIDADE E UM PACOTE DE ADITIVOS DE ALTA PERFORMANCE. CONTEM ADITIVO MODIFICADOR DE ATRITO, LHE CONFERE UMA PELÍCULA LUBRIFICANTE SUPERIOR QUE EVITA O RUÍDO CARACTERÍSTICO DOS FREIOS ÚMIDOS. SUA ATIVAÇÃO ANTIDESGASTE AUMENTA A VIDA ÚTIL DAS PEÇAS LUBRIFICADAS E SUA ADITIVAÇÃO ANTIESPUMANTE E ANTIFERRUGINOSA PROLONGA A VIDA DO EQUIPAMENTO. INDICADO PARA O USO EM TRATORES AGRÍCOLAS CUJOS FABRICANTE INDICAM	BLD	10	R\$ 234,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

	UM UNICO OLEO PARA SER USADO EM FREIO UMIDO, TRANSMISSAO, HIDRAULICO E DIFERENCIAL, COM AS SUAS ESPECIFICACOES E APROVACOES.RECOMENDADO EM TRATORES FORD FERGUSON M-1135, ALLISON C-4 (APENAS APLICACOES AGRICOLAS). VISCOSIDADE: ASTM D 445, INDICE DE VISCOSIDADE: ASTM D 2270 127, PONTO DE FLUIDEZ, °C: ASTM D 97 -27, PONTO DE FULGOR, °C: ASTM D 92 220, BALDE COM 20 LITROS.			
13	ÓLEO LUBRIFICANTE VISCOSIDADE GRAU SAE 30, PARA TRANSMISSÕES MANUAIS E AUTOMÁTICAS PARA CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS COMERCIAIS LEVES. *(REQUER CERTIFICAÇÃO ZF FRIEDRICHSHAFEN AG TE-ML 02H OU ALLISSON C-4). REF: ULTRAMO TURBO CT SAE 30 - IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO AS ?Nº CERTIFICADO ALLISSON C4-27583599? - BALDE 20 LITROS	BLD	20	R\$ 192,00
14	ÓLEO LUBRIFICANTE VISCOSIDADE GRAU SAE 50, PARA TRANSMISSÕES. APLICAÇÃO ESPECÍFICA NAS CAIXAS DE MUDANÇA MEDIA E PESADA EATON MODELOS: EATON FS-4205A, EATON FS-5106 E EATON FS6206;ZF FRIEDRICHSHAFEN AG, QUE REQUEREM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ZF TE-ML 04E. CATEGORIA DE SERVIÇO API CF; E APROVADO PARA USO NAS CAIXAS DE MUDANÇAS DE CAMINHÕES E ÔNIBUS VOLKSWAGEN VW.*(REQUER CERTIFICAÇÃO ZF TE-ML 04E E LISTA DE APROVAÇÃO MB AH00.40-B-0001-01ETB). REF: LUBRAX TURBO - BALDE 20 LITROS	BLD	18	R\$ 202,50
15	OLEO LUBRIFICANTE VISCOSIDADE GRAU SAE 80W, CATEGORIA DE SERVICIO API GL-4 PARA TRANSMISSOES MANUAIS E AURTOMATICAS PARA CAMINHOS ONIBUS E VEICULOS COMERCIAIS LEVE, QUE REQUEREM ESPECIFICACOES TECNICAS ZF FRIEDRICHSHAFEN AG, TE-ML, 02B E TE-ML 02A, REQUER CERTIFICACOES TECNICAS FF TE-ML02B - BALDE 20 LITROS	BLD	5	R\$ 206,50
16	ÓLEO LUBRIFICANTE VISCOSIDADE GRAU SAE 90, CATEGORIA DE SERVIÇO API GL-4, PARA TRANSMISSÕES MANUAIS E AUTOMÁTICAS PARA CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS COMERCIAIS LEVES, CONVERSORES DE TORQUE E CAIXAS DE TRANSFERÊNCIA. ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ZF FRIEDRICHSHAFEN AG TE-ML 02B. *(REQUER CERTIFICAÇÃO TE-ML 02B). OBS SUBSTITUI REF TE-ML 02A.REF: LUBRAX TRM 4 SAE 90 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A, ?Nº CERTIFICADO ZF001477 BALDE 20 LITROS	BLD	8	R\$ 206,50
17	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS, (ISO 46), PARA BOMBAS HIDRÁULICAS BOSCH REXROTH, EATON VICKERS E RACINE, QUE OPERAM EM CONDIÇÕES SEVERAS DE TEMPERATURA E PRESSÃO. APLICAÇÃO AMPLA EM SISTEMAS HIDRÁULICOS INDUSTRIAIS E SISTEMAS DE TRANSMISSÃO HIDRÁULICA MÓVEIS COMO ESCAVADEIRAS E GUINDASTES. ATENDENDO AS NORMAS: CINCINNATI MACHINE P-70 (ISO 46); DIN 51524 PARTE 2 TIPO HLP; ISO 11158 (FLUIDO HIDRÁULICO); ASTM 6158-05 (FLUIDOS HM); DENISONHYDRAULICS (HF-0, HF-1, HF-2); E EATONVICKERS I 286-S, M-2950-S *(REQUER CERTIFICAÇÃO BOSCH REXROTH AG HYDRAULICFLUIDSON A MINERAL OILBASIS RE 90220-01/10.11 E PARKER DENISONAPPROVEDFLUIDSLIST- REVI ADO EM :29/08/2013) REF: SHELL TELLUS S2 M 46/ SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA	BLD	15	R\$ 170,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

	- BALDE 20 LITROS			
18	OLEO PARA SISTEMAS HIDRAULICOS, (ISO 68), PARA BOMBAS HIDRAULICAS BOSCH REXROTH, EATON VICKERS E RACINE, QUE OPERAM EM CONDICOES SEVERAS DE TEMPERATURA E PRESSAO. APLICACAO AMPLA EM SISTEMAS HIDRAULICOS INDUSTRIAIS E SISTEMAS DE TRANSMISSAO HIDRAULICA MOVEIS COMO ESCAVADEIRAS E GUINDASTES. ATENDENDO AS NORMAS: CINCINNATI MACHINE P-69 (ISO 68); DIN 51524 PARTE 2 TIPO HLP; ISO 11158 (FLUIDO HIDRAULICO); ASTM 6158-05 (FLUIDOS HM); DENISONHYDRAULICS (HF-0, HF-1, HF-2); E EATONVICKERS I 286-S, M-2950-S *(REQUER CERTIFICACAO BOSCH REXROTH AG HYDRAULICFLUIDSON A MINERAL OILBASIS RE 90220-01/10.11 E PARKER DENISONAPPROVEDFLUIDSLIST- REVI ADO EM :29/08/2013) REF: SHELL TELLUS S2 M 68/ SHELL BRASIL PETROLEO LTDA - BALDE 20 LITROS	BLD	50	R\$ 152,50
19	OLEO PARA TRANSMISSAO SAE 10W 30 API - GL - 4, FLUIDO UNIVERSAL PARA TRATORES (UTO) DE ALTO DESEMPENHO RECOMENDADO PARA USO SIMULTANEO NO SISTEMA DE TRANSMISSAO HIDRAULICO E DE FREIO, PROPORCIONA UMA OPERACAO COM BAIXO NIVEL DE RUIDO E TREPIDACAO, SUA FORMULACAO CONFERE ALTA RESISTENCIA A OXIDACAO E A FORMACAO DE ESPUMA E SUA COR FACILITA A SUA IDENTIFICACAO E CASO DE VAZAMENTOS, E ADEQUADO PARA USO NUMA AMPLA FAIXA DE TEMPERATURAS E CONDICOES DE SERVICO, QUE COBRE AS EXIGENCIAS DA NORMA NEW HOLLAND 134-D E MAT 3505, CASE E MS-1209, CATERPILLAR TO-2, JOHN DEERJ20C E JDM 21ª, MASSEY FERGUSON M-1141 E , M-1141 E M-1143, NEW HOLLAND ESN-M2C868, WHITE FARM Q-1826 E VOLVO WB-101 - BALDE 20 LITROS	BLD	5	R\$ 265,00
20	OLEO SINTETICO MULTIVISCOZO DE ALTO DESEMPENHO PARA A LUBRIFICACAO DE ENGENHAGENS COM CARGA EXTREMAMENTE ELEVADAS, VISCOSIDADE GRAU SAE 85W140, CATEGORIA DE SERVICO SAE J2360 - CORRESPONDENTE A ESPECIFICACAO MIL-PRF-2105E (CONCEITO T.D.L. (TOTAL DRIVE LINE), PARA CAIXAS DE MUDANCAS MECANICAS SINCRONIZADAS OU NAO, DIFERENCIAIS E REDUTORES. POSSUINDO OS REQUISITOS DE DESEMPENHO API GL-4 E GL-5 SIMULTANEAMENTE, BEM COMO O COMPLEMENTO API MT-1, CERTIFICADO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS PERFORMANCE REVIEW INSTITUTE (PRI). AMPLA APLICACAO, RECOMENDADO PARA DIFERENCIAIS DE VEICULOS COMERCIAIS DA MACK GO-J, MAN CLASSES M 3343 TIPO S E 341 TIPO E-3, DAF, MERCEDES BENZ CLASSE 235.8, IVECO, VOLVO, RENAULT TRUCKS E ARVINMERITOR 0-76-N. APLICACAO ES ZF FRIEDRICHSHAFEN AG ZF-TE-ML 05A/ 07A/ 08/ 12E/ 16C/ 16D E 21A. ( REQUER CERTIFICACAO PERFORMANCE REVIEW INSTITUTE ?PRI) REF: IPIRANGA ULTRAGEAR PREMIUM 85W-140 - IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO AS ?N° CERTIFICADO PRI 0443 BALDE 20 LITROS	BLD	15	R\$ 215,00



## 2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1. Para participação no certame, o licitante, além de atender ao disposto no item 8. deste edital, deve apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado, bem como **Declaração em separado dos envelopes** dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com o inciso VII do Art. 4 da Lei Federal 10.520/2002:

AO MUNICÍPIO DE SANTIAGO  
SETOR DE COMPRAS - COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
RUA TITO BECCON, 1754  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016  
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE SANTIAGO  
SETOR DE COMPRAS - COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
RUA TITO BECCON, 1754  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016  
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

## 3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, **no dia e até a hora da abertura dos envelopes**, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, com poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame, no interesse do representado.

3.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, **este com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório**, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo III deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, **este com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório**, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

**3.3.1.** É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

**3.4.** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**3.5.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

OBS.1: Todos os documentos, exigidos para credenciamento, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por Funcionário Público desta Administração pertencente à Comissão de Licitações e/ou Cadastro de Fornecedores.

OBS.2: A inabilitação do credenciado/representante não impede a participação da empresa licitante no certame, todavia sem direito a efetuar lances e se manifestar sobre recurso ou impugnações.

#### **4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:**

**4.1.** No dia, hora e local mencionado no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá a DECLARAÇÃO conforme subitem 2.1. do Edital e os envelopes nºs 01 - PROPOSTA DE PREÇOS e 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

**4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

#### **5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**5.1.** **Declaração, em separado dos envelopes** nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS e 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, de que a licitante se enquadra no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, conforme Anexo IV do presente Edital.

**5.2.** A declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123 de 2006.

**5.3.** A não entrega da Declaração de enquadramento do subitem 5.1 indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123 de 2006.

**5.4.** As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, **declaração**, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.



## 6. PROPOSTA DE PREÇO:

**6.1.** A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado, datilografadas ou impressas por meio eletrônico em folhas sequencialmente rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e **assinada pelo representante legal da empresa**, preferencialmente nos moldes sugeridos no Anexo II deste edital, e deverá conter:

a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver) e nome da pessoa indicada para contatos;

b) indicação do prazo de validade da proposta, não inferior a sessenta dias. Na falta da indicação deste prazo será considerado como prazo de validade 60 dias.

**6.2.** Preço: Deve ser indicado preço unitário e total líquido, por item, indicado em moeda nacional, contendo, ainda, a descrição completa do produto ofertado e Marca. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

**Obs.:** No caso de divergência entre o valor numérico e o valor expresso por extenso na proposta, prevalecerá o menor valor.

**6.3.** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

## 7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

**7.1.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

**7.2.** Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

**7.3.** No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

**7.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**7.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

**7.6.** É vedada a oferta de lances com vista ao empate.

**7.6.1.** A diferença entre cada lance será definida pelo Pregoeiro nunca superior a 5% do valor do menor preço cotado por item, pelas empresas.

**7.6.2.** O prazo máximo para a oferta de lances será definido pelo Pregoeiro nunca superior a 5min para cada lance.

**7.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 13 - DAS PENALIDADES deste Edital.

**7.8.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

**7.9.** Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

**7.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**7.11.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

**7.12. Terão prioridade de contratação as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10 % (dez por cento), do melhor preço válido de acordo com artigo 48 parágrafo 3º da lei complementar 123/2006.**

**7.12.1** Será considerado local e regionalmente, o âmbito do COREDE VALE DO JAGUARI, que compreende os Municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda, conforme LEI ESTADUAL 10283/1994 e Decreto Estadual 45436/2008.

**7.13** Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 da LC nº 123 de 2006.

**7.13.1** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**7.13.2** Para efeito do disposto no item **7.13.1 deste Edital**, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**7.13.3** Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem **7.13.1 deste Edital**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**7.13.4** O disposto no subitem **7.13.1 deste Edital** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**7.14.** Após a aplicação do disposto nos itens anteriores, referentes a critério de desempate, se existir mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

- a) produzidos no país;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.

**7.15.** No caso de persistir a equivalência dos valores apresentados pelas empresas, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

**7.16.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

**7.17.** Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente

b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, na forma do art 48, inciso II da Lei nº 8666/93 e art 4º, inciso XI, da Lei nº 10520/2002 ou excessivos, considerando-se estes os valores superiores ao apresentado nos valores de referência;

**7.18.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

**7.19.** Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

**7.20.** A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Setor de Compras deste Município, conforme subitem 14.1. deste Edital.

**7.21.** Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## **8. DA HABILITAÇÃO:**

**8.1.** Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE nº 02, os documentos de habilitação:

### **8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Registro Comercial no caso de Empresa Individual;

b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores.

**Obs.: As empresas que apresentarem os documentos constantes deste subitem para fins de credenciamento ficam dispensadas de apresentá-los dentro do envelope Documentação.**

### **8.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da Licitante e Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal do domicílio ou sede da Licitante.

d) Certidões Negativas de Débito junto as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio do Licitante.

e) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;



f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.1.2.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

### **8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**8.1.3.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

**8.1.3.1.1.** Se for necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

**8.1.3.1.2.** As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**8.1.3.1.3.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) No caso de sociedade por ações, publicado em jornal oficial, ou em jornal de grande circulação ou do registro na Junta Comercial;

b) No caso das demais sociedades empresárias, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticada na junta comercial, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa;

c) No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrado na Junta Comercial, constando no balanço o número do Livro e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

d) No caso de sociedade simples e Cooperativa - o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

e) Os documentos contábeis do último exercício já exigíveis gerados pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, deverão estar acompanhados do Termo de Autenticação ou do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, bem como do requerimento de autenticação.



**8.1.3.1.4.** Os documentos relativos ao subitem **8.1.3.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são indispensáveis.

**8.1.3.2** A capacidade Financeira da Empresa será avaliada mediante os seguintes indicadores: Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

$$LC \quad \text{maior ou igual a } 1(\text{um})$$

**8.1.3.2.1.** A licitante que apresentar em seu Balanço resultado menor do que 1 (um) no índice acima fica obrigada a comprovar, na data de apresentação da documentação, Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para os itens que correspondem à sua proposta.

**8.1.3.2.2.** O item **8.1.3.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

**8.1.3.3. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 (sessenta) dias da abertura da licitação.**

#### **8.1.4. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

a) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos dos anexos ao Decreto Federal nº 4.358, de 5 de setembro de 2002.

#### **8.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Apresentar informativos, prospectos técnicos, catálogos, folders do fabricante referente aos itens cotados na proposta, que comprovem a marca e o atendimento às características solicitadas no edital;

b) Declaração emitida por um fabricante ou montadora (Mercedes-Benz, Volkswagen, General Motors, Ford, Caterpillar, Volvo, Randon, JBC, Komatsu, Case, Massey Ferguson ou Michigan) de que o óleo é homologado, isto é, que são utilizados em sua linha de montagem óleos e/ou graxas de marcas cotadas na proposta;

c) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de que fornece/forneceu óleos lubrificantes ou graxas de forma pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

d) Os óleos lubrificantes deverão apresentar Ficha Técnica do Produto e Cia de Petróleo no processo de licitação.

**8.2.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação constante nos subitens 8.1.1., 8.1.2., 8.1.3. e 8.1.4. poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja dentro do prazo de validade.

**OBS.:** Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emissor do cadastro ou anexá-lo como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

**8.3.** Os documentos constantes nas Observações e nos subitens 8.1.1. a 8.1.5, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por Funcionário Público desta Administração pertencente à Comissão de Licitações e/ou Cadastro de Fornecedores. Quando o certificado/certidão for emitido via internet sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela rede de comunicação internet, ou junto ao órgão emissor.

**8.4.** O envelope de documentação deste pregoão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope. Em caso de litígio, os envelopes permanecerão em poder do pregoeiro até o término da respectiva ação.

## **9. DA ADJUDICAÇÃO:**

**9.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**9.2.** No caso de a licitante ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua declaração como licitante vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do § 1º do art. 43 da LC nº 123, de 2006, com vista à contratação.

**9.2.1** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, observado o subitem **9.2 deste Edital**, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**9.3.** Constatado o atendimento pleno às exigências deste Edital e ao que determina o § 1º do art. 43 da LC nº 123 de 2006, será declarada a licitante vencedora do certame.

**9.4.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



9.5. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

#### **10. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

10.1. As impugnações e recursos deverão ser protocolados, nos respectivos prazos, diretamente junto ao **Setor de Licitações do Município, durante o horário de expediente.**

10.2. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

10.3. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr no término do prazo da recorrente.

10.4. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

#### **11. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO:**

11.1. Deverão ser entregues após a assinatura do contrato, no período até 31 de dezembro de 2016, conforme previsto no termo de referência.

11.2. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:  
- provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do produto com as especificações do objeto licitado;  
- definitivamente, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação.

11.3. A entrega do(s) produto(s) será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do Município, designado(s) para esse fim, que realizará(ão) a atestação de conformidade da entrega do(s) produto(s). Será permitida a assistência de terceiros.

11.4. O atraso ou a inexecução, mesmo que parcial, no cumprimento desta cláusula ocasionará a aplicação das penalidades legais ao licitante vencedor.

11.5. Verificada a não-conformidade de algum dos produtos, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

11.6. O produto deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

11.7. A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.



## **12. DO PAGAMENTO:**

**12.1.** O pagamento será efetuado contra empenho, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura e atestação do servidor responsável pelo recebimento. Caso a Nota Fiscal seja eletrônica, deverá ser enviado o respectivo arquivo '.xml' para o e-mail [comprasstgo@gmail.com](mailto:comprasstgo@gmail.com), sob pena de não liberação do pagamento.

**12.2.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº da nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do produto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**12.3.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora na pendência de atestação de conformidade da entrega do(s) produto(s) e de cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

**12.4.** Os preços poderão ser recompostos ou reajustados desde que implementadas as condições legais. Para fins de cumprimento das alíneas 'c' e 'd' do art. 40 da Lei 8.666/93, será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, bem como, a título de juros de mora, o percentual de 0,5% ao mês.

## **13. DAS PENALIDADES:**

**13.1.** A recusa pelo fornecedor em entregar o equipamento adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

**13.2.** O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

**13.3.** O não cumprimento da obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

**13.4.** Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) falhar na execução do contrato.

**13.5.** Para aplicação das penalidades previstas, dever-se-á observar a(s) ata(s) confeccionada(s) pelo Pregoeiro do Município e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 1186/2015.

**13.6.** Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

**13.7.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

**13.8.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Santiago, Setor de Compras, sito na Rua Tito Beccon, nº 1754, ou pelo telefax (55) 3251-9312, no horário das 08h às 11h30min e das 14h às 17h, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

**14.2.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, Setor de Compras.

**14.3.** Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

**14.4.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax e telefone e e-mail.

**14.5.** Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

**14.6.** A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias a contar da notificação, sob pena de o pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra justificado aceito pela Administração.

**14.7** A não-regularização da documentação, no caso da licitante vencedora ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, no prazo previsto no subitem 9.2 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666 de 1993 e art. 7º da Lei nº 10.520 de 2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

**14.8.** O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Santiago, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

**14.9.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**14.10.** A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

**14.11.** São anexos deste Edital: ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA, ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS, ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO, ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 e MINUTA DO CONTRATO.

**14.12.** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponder à realidade dos fatos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

**14.13.** A Comissão examinará possíveis apontamentos feitos por prepostos das licitantes, manifestando-se sobre o seu acatamento ou não. Em seguida, deliberará sobre os documentos apresentados e, julgando-os satisfatórios, declarará as licitantes habilitadas e/ou inabilitadas, fundamentando sua decisão. O resultado da habilitação poderá ser proferido em outra sessão, a critério da Comissão, cuja data será comunicada as licitantes nesta mesma Sessão ou através de publicação mural no prédio desta Prefeitura com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

**14.14.** Na hipótese de considerar qualquer licitante inabilitada, a Comissão fundamentará a sua decisão. Se presentes os prepostos das licitantes a sessão, o Presidente da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com a habilitação e inabilitação. Caso os representantes não queiram interpor recursos, esta intenção deverá ser expressa por termo de renúncia e consignada em ata, por todos assinados.

**14.15.** Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Santiago, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO, 22 de março de 2016.**

**JÚLIO CÉSAR VIERO RUIVO**  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

**ANEXO I**

Termo de Referência

1 OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de óleos lubrificantes para serem utilizados na manutenção dos veículos da Prefeitura Municipal de Santiago/RS.

2 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os óleos e lubrificantes e afins a serem adquiridos deverão ser utilizados nas diversas viaturas da Prefeitura Municipal de Santiago RS; que, pelo custo e complexidade de manutenção, necessitam de produtos de primeira linha. Neste interim, pelo elevado número de marcas, tipos e fabricantes no mercado, poderá ser alegada concorrência desleal com as grandes marcas nacionais e internacionais que possuem as certificações do OEM (Fabricantes Originais do Equipamento)<sup>1</sup>, Agências Reguladoras ou Organizações Normativas. Tal afirmação é contraditória, pois o fabricante que oferece um item de qualidade certificada possui custo para fazê-lo. Assim sendo, a aquisição de um produto aprovado dispensa a realização de testes adicionais para comprovar a adequabilidade às exigências, ocasionando, portanto, economia de tempo e recursos, além da garantia e desempenho técnico almejado pelo agente público licitante. Igualmente, a utilização de produtos aprovados pelo fabricante não restringe a oferta e a exigência solicitada no presente edital em momento algum é direcionada para a aquisição de um produto original utilizado pela montadora, fabricante ou marca. Para tanto, é mister observar que salvo alguns poucos itens, nos quais há restrição imposta pelo mercado ou especificação, há uma vasta relação de marcas e fabricantes. A observância dos requisitos solicitados corrobora no sentido de que o produto certificado passou nos testes exigidos pelo OEM. Portanto, o item licitado não causará danos ao equipamento, bem como atingirá os padrões mínimos de desempenho garantidos pelo próprio fabricante. Os itens que atendem as exigências do fabricante e possuem a aprovação dos mesmos, poderão ser utilizados para manutenção dos termos de garantia, alcançando em sua objetividade relativa economia de recursos e ampliação da possibilidade de concorrência com maior isonomia. Os parâmetros exigidos foram estudados exaustivamente no sentido de ampliar ao máximo o número de marcas e produtos capacitados tecnicamente a concorrerem de forma igualitária e ampla, respeitando os princípios normativos especificados na legislação vigente. A utilização de padronização normativa nos itens licitados, evidenciada pelo uso da melhor técnica e a utilização de parâmetros tem como escopo implementar caráter preventivo e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

preditivo de manutenção. Tal perspectiva tem por objetivo evidenciar o princípio da economicidade, ou seja, a extensão da vida útil do lubrificante pode ser revalidada por análise em ensaio não destrutivo ou pelo próprio nível de desempenho alcançado pelo grau de rigor no processo seletivo. Tendo como produto final o aumento do intervalo de drenagem dos fluidos, atingindo de forma direta o princípio da economicidade. Com o aumento da vida útil do lubrificante menor é a quantidade dos fluidos utilizados, reduz-se o custo em pessoal e causa impacto positivo na conservação dos recursos naturais, especificamente derivados do petróleo e menor impacto ambiental; O objeto em tela terá sua aplicação destinada a equipamentos pesados de grande porte, portanto necessitam maior grau de rigidez nos critérios de segurança, justificando assim tamanho rigor em suas especificações. Para tanto, é conveniente salientar que estão envolvidos critérios de segurança inerentes à atividade municipais e que muitos dos equipamentos utilizados são, adquiridos, com alto valor agregado e de difícil reposição. Assim sendo, a utilização de produtos não certificados poderá causar danos irreparáveis em equipamentos de alto valor monetário, estratégico e de difícil reposição. Em consequência, só serão aceitas as propostas que observarem estritamente as condições do certame:

- 2.1 Apresentar informativos, prospectos técnicos, catálogos, folders do fabricante referente aos itens cotados na proposta, que comprovem a marca e o atendimento às características solicitadas no edital;
- 2.2 Declaração emitida por um fabricante ou montadora (Mercedes-Benz, Volkswagen, General Motors, Ford, Caterpillar, Volvo, Randon, JBC, Komatsu, Case, Massey Ferguson ou Michigan) de que o óleo é homologado, isto é, que são utilizados em sua linha de montagem óleos e/ou graxas de marcas cotadas na proposta;
- 2.3 Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de que fornece/forneceu óleos lubrificantes ou graxas de forma pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
- 2.4 Os óleos lubrificantes deverão apresentar Ficha Técnica do Produto e Cia de Petróleo no processo de licitação;
- 2.7 Serão aceitos por ocasião da entrega somente itens com prazo de validade superior a 85% do indicado pelo fabricante.

## 2 DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA VENCEDORA

- 1.1 A empresa vencedora deverá fornecer e executar a substituição do óleo lubrificante nos veículos e máquinas rodoviárias do município de Santiago e em quantidade proporcionais que venham atender as necessidades de cada veículo ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

máquina ficando sua entrega parcelada de acordo com requisição emitida pela Secretaria interessada.

1.2 A substituição (troca de óleo lubrificante) deverá ser fiscalizada pelo motorista ou operador do equipamento em questão que realizarão o preenchimento da prestação do serviço na planilha de controle de veículos e combustível.

1.3 A empresa vencedora deverá cumprir com as entregas em horário quando for solicitado, conforme a necessidade de cada secretaria, de modo e tempo convencionado de segunda-feira à sábado das 08h às 18h.

1.4 A substituição do óleo lubrificante deverá ser feita em um prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas com agendamento feito pelo responsável da Oficina Municipal de Santiago.

1.5 A empresa vencedora quando solicitado deverá fazer a entrega de óleo lubrificante no prazo de até 10 (dez) dias após a solicitação da secretaria. O prazo começa a correr no momento em que o licitante vencedor tiver ciência da solicitação. Local Oficina Municipal.

1.6 A empresa vencedora deverá providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidade apontadas pelo contratante no momento da entrega e no momento da substituição do óleo.

1.7 A empresa vencedora deverá proceder a substituição do óleo lubrificante nos veículos e máquinas rodoviárias do município em estabelecimento de propriedade da empresa que deverá ser no perímetro urbano de Santiago/RS e em quantidade de acordo com requisição emitida pela Secretaria Municipal de Obras e Viação.

**HAROLDO RIOS POUÉY**  
Sec. Municipal de Obras e Viação  
Portaria nº 407/2015



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

ANEXO II - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2016, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo.

Subitem 6.1. do Edital:

a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver) e nome da pessoa indicada para contatos;

b) indicação do prazo de validade da proposta, não inferior a sessenta dias. Na falta da indicação deste prazo será considerado como prazo de validade 60 dias.

Subitem 6.2. do Edital:

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no Edital.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Nome



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

ANEXO III - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Município de Santiago, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 13/2016, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (s) dirigente(s) da empresa  
(firma reconhecida)

\_\_\_\_\_  
Nome do dirigente da empresa

**Obs.:**

1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
2. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Santiago**  
Secretaria de Gestão

ANEXO IV DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 13/2016

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, e do seu contador, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador do CRC nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação no Pregão Presencial nº 13/2016, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

\_\_\_\_\_  
(contador)

Obs: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123 de 2006.



### MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS

O **MUNICÍPIO DE SANTIAGO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita ao CNPJ/MF sob o nº 87.897.740-0001/50, com sede administrativa à Rua Tito Becon, nº 1.754, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **JÚLIO CÉSAR VIERO RUIVO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e (\_\_\_\_\_), doravante denominado **CONTRATADO**, ajustam e acordam o presente Instrumento de Contrato de Fornecimento de Materiais o qual será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, todas em conformidade com o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2016**, bem como com o que dispõe a Lei nº 8.666/93, com suas devidas alterações e, supletivamente, com as normas legais de direito privado:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS** - (conforme Edital)

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZOS DE EXECUÇÃO** - (conforme Edital)

**CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO, REAJUSTE DE PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** - (conforme Edital e Proposta vencedora)

**CLÁUSULA QUARTA - RUBRICA ORÇAMENTÁRIA - Órgão Gestor** - (conforme Edital)

**CLÁUSULA QUINTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES** -

O **CONTRATADO** deverá:

- A) Fornecer o material referido no Edital, conforme o modo e tempo convencionados;
- B) Responder por danos à Administração ou a terceiros decorrentes de vícios ou defeitos ocultos que tornem o material impróprio ao uso a que é destinado, ou lhe diminuam o valor, mesmo que o material pereça em poder do **CONTRATANTE**, em razão do vício existente ao tempo da entrega;
- C) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes do presente contrato;
- D) Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habitação e qualificação exigidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2016**.

O **CONTRATANTE** deverá:

- A) Pagar pontualmente o **CONTRATADO** pela execução do contrato;
- B) Fiscalizar a entrega do material, aplicando as penalidades legais e contratuais cabíveis às hipóteses de descumprimento parcial e total do presente contrato;
- C) Rescindir unilateralmente o contrato quando ocorrer a inexecução total ou parcial do presente pelo **CONTRATADO**;

**CLÁUSULA SEXTA - HIPÓTESES DE RESCISÃO** - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do Edital e do art. 77, segundo os motivos elencados no art. 78 e nos modos previstos no art. 79, acarretando as consequências do art. 80, todos da Lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei nº 8.883/94.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES** - (conforme Edital).

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO** - As partes elegem o Foro da Comarca de Santiago, RS, para dirimirem qualquer lide resultante deste contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas instrumentárias.

Santiago, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**JÚLIO CÉSAR VIERO RUIVO**  
Prefeito Municipal de Santiago

(EMPRESA)  
CNPJ/MF nº (\_\_\_\_\_)